

A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Joice Pereira da Silva Carvalho

(joice.ufpel@gmail.com)

Simone Portella Teixeira de Mello

(sptmello@gmail.com)

Daniela Vieira Amaral

(danielavamaral@hotmail.com)

RESUMO: Ao mesmo tempo que se observa a ampliação de acesso ao ensino superior a partir das políticas educacionais na década de noventa, verifica-se por outro lado, de acordo com dados fornecidos pelo INEP, a ocorrência de expressiva desistência de cursos universitários públicos por parte de estudantes universitários. Esse fato, por si só, demonstra fragilidades e carências na área educacional brasileira, acarretando prejuízos não apenas para o estudante, mas também para as universidades, para a sociedade e para o próprio governo. Neste trabalho, com o intuito de tratar do fenômeno evasão enquanto subsídio para a avaliação institucional, são pesquisados o perfil e as causas da evasão de discentes, especificamente, em doze cursos de graduação - Engenharias de uma universidade pública no sul do Brasil, RS, todos cursos criados pelo REUNI. A pesquisa refere-se aos anos de 2008 a 2017, totalizando 1.256 evadidos nesses cursos. Para tanto, utiliza-se

como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, recolhimento de informações bibliográficas e de dados internos da instituição, além de entrevistas com os coordenadores dos mencionados cursos. Os resultados revelam justificativas para a evasão: insatisfação com a escolha de curso, impossibilidade de continuação em virtude de algum impedimento como o trabalho, maioria dos cursos acontece em turno integral, falta de laboratórios permanentemente abertos aos alunos, falta de reforço em disciplinas de maior dificuldade, falta de perspectivas no mercado de trabalho e um trampolim para outros cursos. Ações institucionais estão sendo iniciadas, o que ratifica que a evasão pode subsidiar a avaliação institucional.

PALAVRAS-CHAVE: evasão, engenharias, universidade.

ABSTRACT: At the same time of the expansion of access to higher education from educational policies in the nineties, there is also, according to data provided by INEP, a significant dropout of public university courses by its students. This fact by itself shows weaknesses and shortages in the Brazilian educational area, resulting in losses not only to students, but also to universities, to the society, and to the government. In order to deal with the dropout as a support for the institutional evaluation, the profile and causes

of dropout are researched – in twelve undergraduate Engineering courses of public university in south Brazil, specifically, all created by REUNI. The research refers to 2008-2017, and 1.256 students dropped out from these courses. For this purpose, literature review, retrieval of bibliographic information and institution's internal data, as well as interviews with the coordinators of these courses, are used as methodological procedures. The results reveal justifications for dropout: dissatisfaction with the course choice, the impossibility of continuation by virtue of extenuating circumstances such as work, the majority of courses happening full-time, lack of laboratories permanently open to students, lack of reinforcement on subjects of higher difficulty, lack of prospects in the labour market and a stepping stone to other courses. Institutional actions are initiating, which confirm that dropout can support institutional evaluation.

KEYWORDS: avoidance, engineering, university.

INTRODUÇÃO

A administração pública federal vive mudanças significativas a partir da década de noventa. No âmbito da educação superior observa-se a ampliação do acesso da população ao ensino superior. Em 1994 houve incentivos por parte do governo para as instituições de ensino superior privadas ampliarem suas vagas ofertadas e, a partir de 2003, houve o incremento nas instituições públicas.

Os dados do último Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2015 (INEP, 2018) revelam que houve 8.027.297 matrículas na graduação em 2015, predominantemente concentradas no setor privado (75,7%): um número expressivo de pessoas que têm expectativas de melhoria de vida a partir da conclusão de um curso de ensino superior e, por isso, atrativo especialmente para o setor privado, haja vista que o setor público não atende à demanda, seja pelo número de vagas ofertadas, seja pelas formas de acesso. Todavia, com o incremento de políticas públicas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o acesso ao setor público também foi facilitado, o que em parte contribuiu para a consequente ampliação do número de pessoas com nível superior, que aumentou de 4,4% para 7,9%, segundo o IBGE (2012).

Moreno, diretor de estatísticas educacionais do INEP, afirma que “das 453 mil vagas oferecidas na rede federal, 114 mil são vagas remanescentes (eventualmente ocupadas em processos anteriores e que foram liberadas por motivos como: morte do aluno ou jubramento)” (CORREIO BRAZILIENSE; 2017). Além destes, existem inúmeros motivos que levam jovens e adultos a desistirem do curso de graduação escolhido, o que merece maior atenção por parte das universidades, governo e sociedade.

Diante disso, estudar a evasão e, neste caso, a decorrente de uma política pública, como o Reuni, indica oportunidades de tratar de tema complexo e tecer alternativas de superação, na medida em que também configura uma avaliação da

política pública que impactou o ensino superior público no Brasil. Em um cenário onde milhões de pessoas fazem o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM buscando ingressar no ensino superior, mas ao mesmo tempo se observa uma desistência expressiva, justifica-se a importância de tratar o tema em maior profundidade.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é investigar as principais causas da evasão em doze cursos da área de Engenharias, criados na UFPel, através do REUNI, enquanto subsídio para a avaliação institucional. O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. A segunda parte apresenta uma revisão de literatura sobre evasão. A seguir, descrevem-se os caminhos da pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados, onde além de tecer um perfil do evadido, há opiniões de coordenadores de cursos sobre o tema. Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais, observações a respeito do estudo, as limitações e as sugestões para pesquisas futuras.

REVISÃO DE LITERATURA

A evasão não é tema recente na educação superior. Muito antes das políticas recentes de acesso ao ensino superior, o tema já provocava debate, de tal maneira que em 1996 já era uma preocupação real do Ministério da Educação – MEC (ANDIFES, 1996). Apesar da relevância do tema, seu conceito não é unânime, podendo causar ambiguidades se não for objetivamente esclarecido.

Este estudo é voltado para a evasão de curso e baseia-se no conceito utilizado pela Comissão Especial de Estudo sobre Evasão, que considera evasão de curso “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (ANDIFES, 1996, p.15). Todavia, embora não realizando matrícula em dois semestres consecutivos, o aluno possa pedir reingresso, retorno ao curso, não é garantido que consiga. Logo, a análise feita aqui considera a saída do aluno decorrente da não matrícula em dois semestres consecutivos, não considerando situações de reingresso.

Embora a evasão possa significar a exclusão do aluno do sistema educacional, também pode ser causada por uma exclusão anterior na vida escolar do estudante. Dias Sobrinho (2010) elenca alguns dos vários problemas provocados pela exclusão educacional, como o analfabetismo, as próprias evasões, a repetência, a carência, a discriminação, a falta de vagas, a formação insuficiente de parte dos professores, as precárias condições de escolarização e a baixa probabilidade de alunos nessas condições conseguirem futuros bons empregos.

Os prejuízos acadêmicos são muitos, podendo ser relacionados à qualidade do ensino e ao desempenho dos docentes e discentes. Do ponto de vista social, há diversos aspectos que são prejudicados; entre eles, destaca-se a condição do aluno evadido, que muitas vezes sai frustrado da sua experiência com o ensino superior e precisa se reinserir socialmente sem a formação acadêmica que poderia ter sido obtida no decorrer do curso.

Ademais, há prejuízos financeiros e orçamentários, de ordem pessoal e institucional. Um exemplo de prejuízo financeiro pessoal é o investimento de recursos do aluno e da sua família, como passagens, moradia e alimentação, para mantê-lo na universidade. Já os prejuízos institucionais podem ser exemplificados pelo desperdício de recursos públicos, como os aplicados nas instalações e na alocação de servidores públicos, que poderiam estar atendendo um número maior de beneficiados. Além disso, há prejuízo nos recursos orçamentários que a Instituição virá a receber.

Mas a evasão também é um problema global, que inicialmente recebeu maior atenção no exterior e está em pauta no Brasil, principalmente a partir dos anos 90. Grande parte do conhecimento científico em evasão parte de estudos realizados nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, como os de Spady (1970, 1971), Tinto (1975, 1988, 1997), Bean (1980) e Pascarella (1980).

Spady (1970,1971) é o precursor dos estudos sobre evasão relacionando-a com a Teoria do Suicídio de Durkheim, que defende que o nível de integração do indivíduo na sociedade influencia diretamente sua decisão de cometer suicídio. O autor correlaciona o suicídio com a evasão e explica que se o estudante estiver bem integrado ao ambiente acadêmico, suas chances de evadir diminuem, pois ficará mais motivado e conseqüentemente mais comprometido com os estudos.

Já Tinto (1975), embora também se baseie em Durkheim, acrescenta outros aspectos ao estudo da evasão, através de uma análise longitudinal que categorizou as causas sob diversos pontos e não apenas como abandono, analisando a integração e o desgaste. Para Cislighi (2008, p. 48), “Tinto identificou diferentes tipos de comportamento e classificou-os em categorias como fracasso acadêmico, desistência voluntária, abandono, afastamento temporário e transferência”.

Na década de 80, o debate foi ampliado e destacou que o abandono é um reflexo da falta de integração na vida acadêmica, o que pode acontecer em diferentes momentos e por diferentes motivos; como, por exemplo, eventuais dificuldades que o estudante possa encontrar ao ter que se adaptar aos novos comportamentos e normas do ambiente universitário (TINTO, 1988).

Numa perspectiva mais recente, Adachi (2009), ao refletir sobre os estudos de Tinto, amplia os motivos que podem levar à evasão, considerando um conjunto grande de características e condições, como status social, vida escolar anterior, sexo, idade, etnia, e também expectativas de carreira e motivação, entre outros aspectos.

Pascarella (1980) interessou-se especialmente pelas interações no ambiente acadêmico, desenvolvendo vários estudos baseados no modelo de Tinto. Ele encontrou entre seus resultados o fato de que os contatos informais que os alunos têm com seus professores influenciam na decisão do aluno de permanecer ou não no curso. Além disso, Pascarella, citado por Cislighi (2008), considera as experiências do estudante, os fatores institucionais, o contato informal com os professores, as experiências universitárias e os resultados educacionais.

Já Bean (1980), baseia seu modelo em estudos anteriores de pesquisadores que

explicavam a rotatividade de empregados nas organizações. Correlaciona a decisão tomada pelos trabalhadores sobre permanecer ou não em seus empregos com a decisão dos alunos de evadir ou não, destacando a influência de fatores externos na decisão.

Cislaghi (2008), ao discorrer sobre o trabalho de Bean, destaca a relevância dos fatores organizacionais, afirmando que assim como o trabalhador se baseia na sua remuneração para avaliar a permanência na organização, o estudante também avalia sua permanência com base nas avaliações que recebe, na qualidade da instituição e na formação que está adquirindo.

No Brasil, a evasão entra efetivamente na agenda pública em 1996, com o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, formada por docentes do ensino superior público. A Comissão pretendia diminuir o índice de evasão com base nos resultados do estudo que teve a participação final de 53 instituições (ANDIFES; 1996). Todavia, essa Comissão surge justamente a partir do debate sobre Avaliação Institucional. Logo, observa-se a forte relação entre evasão e avaliação, onde o diagnóstico revela informações para rumos futuros. Assim, corrobora-se com Gaioso (2005), quando menciona que ao compreender-se a avaliação institucional é possível então identificar os elementos que conduzem o aluno a evadir.

Embora os grupos de fatores responsáveis pela evasão possam continuar sendo os mesmos: as características individuais dos estudantes, os fatores internos às instituições e os fatores externos às instituições; o grande desafio da minimização da evasão no século XXI parece ser entender a nova realidade e o comportamento dos alunos e propor ações que favoreçam a sua permanência no curso. Em 2008, foram oferecidas 169.502 vagas em Universidades Federais, alcançando o número de 7.387 vagas ociosas (INEP, 2009), já em 2016 foram oferecidas 453.859 vagas em Universidades Federais, sendo 114.236 delas remanescentes (INEP, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza descritiva, pois busca conhecer o perfil do evadido e identificar as causas da evasão. Segundo Vergara (1998, p. 45), este tipo de pesquisa “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Tem como objeto de análise 12 cursos de graduação – engenharias. O universo de abrangência da pesquisa são os evadidos desses cursos, criados na instituição de ensino superior - IES através do REUNI desde o seu início, ou seja, entre os anos de 2008 a 2017, totalizando 1.256 evadidos na situação de abandono. A pesquisa também faz uso de informações bibliográficas e levantamento interno de dados da instituição, através de um sistema de gestão acadêmica, especialmente quanto ao número de evadidos, seus perfis e cursos.

Para tanto, considerou-se o conceito de evadido equivalente ao de abandono (MELLO; SANTOS, 2012, p. 70) como “aquele aluno que não solicitou matrícula em disciplinas por dois semestres consecutivos” e a fórmula de cálculo do “Índice de Evasão dos Cursos de Graduação no primeiro ano do período” (FORPLAD, 2015, p. 52).

Além dos dados sociodemográficos, os Coordenadores dos cursos foram entrevistados quanto as suas percepções a respeito dos motivos da evasão nos cursos que coordenam. Foi elaborada uma questão chave, uma questão aberta, de modo que se sentissem à vontade para expressar suas percepções sobre o fenômeno evasão. A pergunta feita foi “Na sua opinião, qual(quais) o(s) motivo(s) de evasão (abandono do curso por dois semestres consecutivos) no(s) curso(s) que coordena?” A partir de então, usou-se a técnica de análise de conteúdo, quando se procedeu a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações. Buscou-se palavras e frases na descrição das entrevistas, surgindo categorias de análise (BARDIN, 2011).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A estrutura organizacional da IES é diversificada, com nomenclaturas distintas, estruturas distintas para suas respectivas unidades acadêmicas. O Quadro 1, a seguir, apresenta os percentuais relacionados aos evadidos dos cursos investigados.

		Cursos da área de Engenharias
Total de evadidos no período		1.256
Sexo	Feminino	34%
	Masculino	66%
Etnia*	Branca/amarela	61,77%
	Não declarado	25%
	Preta/parda	13,23%
Idade média		25,74
Naturais da cidade da pesquisa*		45,62%
Oriundos de outros Estados*		27,98%
Forma de ingresso no curso	SiSU/ENEM	70,54%
	Reopção	5,73%
	Portador de Título	4,14%
	Vestibular	11,31%
	Reingresso	0,72%
	PAVE	3,98%

Quadro 1 – Informações Institucionais sobre os Evadidos dos Cursos de Engenharias.

Fonte: Dados da pesquisa.

*A declaração sobre etnia, naturalidade e estado de origem é facultativa no ato da matrícula.

Além de compartilharem o espaço físico e parte do corpo docente, os cursos

de Engenharias analisados apresentam perfis de evadidos semelhantes. A maioria ingressou na universidade através do SiSU/ENEM, são homens, brancos, naturais de Pelotas e com idade acima de 22 anos de idade, sendo a média do total 25,74 anos.

Os resultados podem indicar a ocorrência de diferentes situações: a insatisfação com a escolha de curso, a impossibilidade de continuação em virtude de algum impedimento como o trabalho e, pela maioria dos cursos ser em turno integral. A limitação de bolsas de permanência pode indicar mais um motivo para evadir. Fávero (2017) salienta que o aspecto econômico vinculado ao aspecto do estudante estar sozinho, assumindo responsabilidades novas, são decisivos no abandono.

A questão do turno integral dos cursos de graduação das Engenharias, com exceção da Engenharia de Produção, também configura um limitador, em especial para aqueles que trabalham. Tal aspecto está diretamente relacionado ao levantamento realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, como decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, considerada pela Comissão uma característica individual do estudante (ANDIFES, 1996).

Essa incongruência também é trazida por Fávero (2017, p.77) ao tratar sobre a disponibilidade de tempo para estudar, afirmando que “por se tratar de aspectos individuais, esta dimensão relaciona-se à categoria psicológica de evasão. Consequentemente, esta categoria está articulada com o fator Individual de evasão, pois se refere ao âmago do estudante”.

A modalidade de ingresso de 70,54% dos evadidos ocorreu por meio do SiSU, que não tem limite de faixa etária, não é opção de entrada na universidade apenas dos mais jovens que recém concluíram o ensino médio. A única condição é ter feito o Enem no ano anterior, independentemente de sua idade. Em casos que já houve a conclusão do ensino médio há algum tempo, é possível tentar uma vaga em curso de graduação via SiSU, o que parece um avanço com a política de acesso ao ensino superior.

Acredita-se então, que muitos veem na oportunidade do acesso ao ensino superior uma nova oportunidade de estudar, especialmente a partir das cotas, que foram criadas por leis federais justamente com o argumento de corrigir diferenças históricas que resultaram em padrões desiguais, tanto de inclusão social como racial e, mais especificamente, de acesso à educação. Há cotas sociais, para oriundos de escolas públicas e de baixa renda, e as raciais, destinadas a negros (pretos e pardos) e indígenas (BRASIL, 2012).

Quanto à etnia, na grande parte dos cursos, a evasão é maior por parte dos brancos/amarelos (61,77%), sendo que 25% não declararam etnia e 13,23% declararam-se pretos/pardos. A única exceção observa-se no curso de Engenharia Eletrônica, com 20,78% para brancos/amarelos, 28,57% não declarados e 50,65% para pretos/pardos.

Como o número prevaiente de evadidos é de brancos/amarelos, tem-se

igualmente evasão maior nessa etnia. Por sua vez, uma das hipóteses é que a evasão seja menor na etnia dos discentes que se declararam pretos/pardos em razão de terem entrado por via SiSU, por meio de cotas específicas e, dessa forma, tendem a não perder a oportunidade alcançada.

Quanto ao gênero, 66% são homens e 34% de mulheres, o que era de se esperar. O menor percentual de homens concentra-se na Engenharia Civil, com 74,32%, crescendo para 61,54% na Engenharia de Petróleo, seguido de 78,06% na Engenharia de Produção e chegando a 85,15% na Engenharia Eletrônica. Embora homens evadam mais que mulheres, há de se considerar que os cursos são compostos por maioria masculina, o que se espera que isso reflita também na evasão desses. São cursos popularmente tidos como “masculinos”, inclusive com mercado de trabalho com mais predominância de homens do que mulheres.

Outro dado relevante é quanto à naturalidade dos evadidos. Essa questão também merece destaque, pois embora exista uma crença de que um fator decisivo na evasão possa ser o fato de não ser natural da cidade sede da universidade, observa-se que a grande maioria é natural de Pelotas, num total de 45,62%, sendo 27,98% de outros estados do país. Há de se considerar o desejo de ingressar na universidade, que nem sempre acontece no curso desejado, assim como a limitação financeira que força o interessado a ingressar em algum curso na cidade onde mora. Somente no curso de Engenharia de Petróleo os percentuais são próximos, onde 33,33% dos evadidos são de Pelotas e 36,84% de outros estados.

Outro quesito é a forma de ingresso dos evadidos dos cursos de engenharias. Embora o SiSU seja o meio de ingresso com maior percentual, também são observadas outras formas de ingresso desses evadidos: vestibular (11,31%), reopção (5,73%), portador de diploma especial (4,14%) e PAVE (3,98%). A forma de ingresso que aparece com menor percentual é a que ocorre por reingresso (0,72%).

Na expectativa de compreender melhor as causas do abandono nos cursos da área de Engenharias, questionou-se os coordenadores dos 12 cursos, obtendo retorno de mais da metade desses, 58,3%. As causas apontadas por eles se concentram majoritariamente em características individuais do estudante, chegando a 56,1%.

Dificuldades financeiras da família do evadido, falta de oportunidades de bolsa de permanência na universidade, curso em tempo integral (2 turnos), falta de laboratórios permanentemente abertos aos alunos, falta de reforço para disciplinas em que o aluno encontra maior dificuldade, falta de perspectivas no mercado de trabalho e um trampolim para outros cursos foram as justificativas nos relatos dos coordenadores.

Entre os fatores individuais mais citados estão características psicológicas, como a falta de identificação com o curso e a falta de informação a respeito do mesmo, já apontado por Davok e Bernard (2016) como causa da evasão. Além disso, os coordenadores mencionaram a característica econômica, a dificuldade financeira, corroborando o exposto anteriormente quanto à necessidade de trabalhar,

já observada por Fávero (2017).

Por fim, acredita-se que a avaliação institucional pode ser um importante instrumento para reflexão sobre a evasão escolar no ensino superior. O início de debates sobre evasão em instituições de ensino superior surgiu dentro de um processo de discussão de avaliação institucional, quando criou-se indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), e posteriormente o Seminário temático com o objetivo de encontrar um conceito para evasão e analisar o fenômeno (POLYDORO, 2000).

CONCLUSÕES

Este estudo demonstrou, através de um recorte de doze cursos da área de Engenharias, criados na IES por meio do REUNI, o perfil dos evadidos, os motivos que levam à evasão e a proposição de estratégias capazes de minimizar as causas do fenômeno.

Observa-se que muitos dos cursos criados são inovadores na região, pois desenvolvem competências específicas até então ausentes nas universidades próximas, e isso parece trazer versatilidade no campo de atuação. Contudo, são bacharelados com carga horária extensa, em média de 4, 5 anos de duração, um limitador; e, em alguns casos, não apresentam grande campo de atuação local e/ou regional do egresso.

Ao que parece, não faz sentido investir em um curso que embora se apresente versátil em termos de currículo não o é em se tratando de empregabilidade. Então, discutir o cenário de atuação desses futuros profissionais não deve se dar só para aqueles que pretendem ingressar nos cursos, mas para a sociedade, para o mercado e para a própria universidade. Esclarecer e divulgar à população e, em especial aos estudantes que estão concluindo o ensino médio e que descobrem ou têm um primeiro contato com os cursos quando da inscrição do SISU, que o profissional de Engenharias possui vasto campo de atuação: obras, construções, escritórios, empresas, organizações, estradas e transportes, hidráulicas, em universidades como docentes, entre outros, é de significativa relevância quando se trata de minimizar a evasão do curso universitário.

Quanto aos gargalos ao longo dos cursos, seja por dificuldades em disciplinas, seja em função dos pré-requisitos que fragmentam o desenvolvimento do curso e mesmo do campo de trabalho e horas de estágio, observa-se que ações que visem desenvolver competências específicas de alunos que estão em defasagem, de acordo com avaliações diagnósticas aplicadas no semestre, podem ser úteis.

A possibilidade de acordos de cooperação com outras universidades e organizações públicas e privadas também pode contribuir para a visibilidade dos cursos, mobilidade acadêmica, prática de estágios e inserção profissional de seus egressos. Logo, capacitar gestores acadêmicos e alunos colaboradores na elaboração

de projetos para captação de recursos junto a órgãos de fomento pode ser um aliado forte na contenção à evasão. O envolvimento de alunos pode ser uma alternativa significativa para a permanência desses no curso.

As atividades extensionistas também indicam ações atrativas que contribuem para a formação dos estudantes e dão visibilidade aos cursos. E a possibilidade de estágio obrigatórios na própria universidade podem revelar não apenas um compromisso institucional, mas também o sentido de pertencimento desse estudante à universidade, o que provavelmente o faça se manter na universidade.

Constata-se que a evasão é realmente um fenômeno complexo, que envolve uma série de motivos que impactam cada aluno de forma diferente. Minimizar suas causas é um grande desafio que precisa ser enfrentado pela universidade como um todo.

Os doze cursos tratados aqui apontam para uma realidade onde a comunidade local parece ter dificuldade de se manter estudando. São indicações importantes de que um projeto institucional de combate à evasão deverá conter ações para se discutir a permanência na universidade muito além das bolsas. Outros pontos relevantes a serem revistos no combate à evasão passam pela revisão dos projetos pedagógicos dos cursos. Enfim, estudos futuros poderão ajudar no debate desse fenômeno crescente no cotidiano da universidade.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 214. 2009.

ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. **Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília-DF, 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições70, 2011.

BEAN, J. P. 1980. Dropout and turnover: The synthesis and test of a causal model of student attrition. **Research in Higher Education**, Vol. 12, 155-187.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 16 jul. 2018. Campinas, 2000.

CISLAGHI, R. **Um Modelo de Sistema de Gestão do Conhecimento em um Framework para a Promoção da Permanência Discente no Ensino de Graduação**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 258. 2008.

CORREIO BRAZILIENSE. **MEC divulga o Censo da Educação Superior de 2016**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2017/08/31/>

ensino_ensinosuperior_interna,622359/mec-divulga-o-censo-da-educacao-superior-de-2016.shtml>
Acesso em: 8 mar. 2018.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Inclusão e Limites da Exclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

FÁVERO, J. D. O Diagnóstico do Fenômeno da Evasão Conforme suas Dimensões, Categorias, Fatores e Formas: Uma Proposta Teórica. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 5, n. 01, p. 69-81, 2017.

FORPLAD. **4ª Reunião 2015 – Ouro Preto – GT Indicadores**. Ouro Preto-MG, 2015. Disponível em: <<http://www.forplad.andifes.org.br/cadastro1/textos/indicadores/Indicadores-FORPLAD.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2018.

GAIOSO, N. P. L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005. 75 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil**, 27 de abril de 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1>. Acesso em: 30 ago. 2012.

MEC. **Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007 – REUNI**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/minutareuni.pdf>> Acesso em: 9 mar. 2018.

MELLO, S. P. T. M.; SANTOS, E. G. S. Diagnóstico e Alternativas de Contenção da Evasão no Curso de Administração em uma Universidade Pública no Sul do Brasil. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 67-80, dez. 2012.

PASCARELLA, E. T. 1980. Student-faculty informal contact and college outcomes. **Review of Educational Research**, Vol. 50, nº 4, 545-595.

POLYDORO, S. A. J. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 167 p.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2000.SPADY, W. G. 1970. Dropouts from Higher Education: Na interdisciplinary review and synthesis. **Interchange** 1, 64-85.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1998.